

Fausto Gasparian quer lei de usura

São Paulo — O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), da linha progressista, vai disputar amanhã a vaga de relator da subcomissão do sistema financeiro da Assembléia Nacional Constituinte com idéias que, certamente, deverão levar algum abalo aos alicerces dos grandes banqueiros do país. Ele pretende incluir na nova constituição um limite para a cobrança de juros e eliminar o que chama de "sistema cartorial", que cerceia o aparecimento de novos bancos no Brasil.

Em sua cruzada para encerrar "definitivamente" o período de cobrança de "juros exorbitantes" no sistema bancário, Gasparian pretende retirar dos empoeirados arquivos históricos a "lei da usura", arquitetada por Oswaldo Aranha e assinada pelo presidente Getúlio Vargas, em 1930. A "lei da usura", por coincidência, foi colocada em prática por Getúlio depois que ele próprio decretou uma moratória. Com ela, os juros foram fixados, na legislação, em torno de 12% ao ano.

Agora, Gasparian quer, novamente, que os bancos só cobrem de seus clientes, nos empréstimos, juros a uma taxa de 12% reais ao ano, além do índice oficial de inflação. "Temos que fazer como o Getúlio: cobrar acima dos 12% dá cadeia", sentença o deputado.

Proprietário de um grupo editorial e com interesses em outros setores, o deputado Fernando Gasparian não poupa críticas a bancos e empresas financeiras que chegam a cobrar de clientes pequenos, "em alguns casos, juros de até 1 mil % ao

ano". Se persistir o atual quadro, vaticina, "entraremos numa recessão violenta. Com a escalada dos juros, passaremos de uma inflação de demanda para uma inflação de custos".

Um absurdo

Cunhado do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, o constituinte pemedebista, com a nova constituição, quer também eliminar de uma só penada o "cartório dos bancos". Acha um "absurdo", por exemplo, o processo de concessão de cartas patentes: "Nesse negócio, você tem que tirar alguém do ramo para entrar no seu lugar."

— Temos que democratizar o processo, permitir que pessoas interessadas possam abrir um banco, se assim desejarem. Nos Estados Unidos, por exemplo, há 16 mil bancos. No ano passado, 60 deles quebraram e não aconteceu nada ao país. O Brasil pode seguir este exemplo, e o Banco Central, com uma legislação severa, controlaria o sistema — propõe Gasparian.

Se for eleito relator da subcomissão, que faz parte da comissão do sistema tributário, orçamento e finanças, o deputado Fernando Gasparian pretende abrir o debate e convidar a Federação Nacional dos Bancos, os Sindicatos dos Bancários, das Associações Financeiras e outros a participarem com sugestões, durante os próximos dois meses. "É claro que a nova constituição não descera a minúcias. Vamos estabelecer os princípios básicos e, depois, fazer a reforma bancária, com uma lei ordinária", explica ele.